

# Processos participativos e o desenvolvimento rural referenciado na Agroecologia

Francisco Miguel Corrales

O processo de geração, aprendizagem e compartilhamento de conhecimentos, realizado no cotidiano das instituições de ensino em Ciências Agrárias, de pesquisa agropecuária e de extensão rural, de modo majoritário é condicionado por saberes que valorizam essencialmente aspectos relacionados à produtividade agrícola. Esse viés dominante orienta fortemente as tomadas de decisões quanto às tecnologias a serem adotadas no meio rural. De modo corrente, os objetos de estudo, os métodos de análise, de interpretação, de avaliação de dados e de intervenção, são definidos com base nas formações acadêmicas presentes nos quadros dessas instituições, destacadamente referenciadas em especializações disciplinares das Ciências Agrárias. Esses conhecimentos especializados são extremamente importantes à agricultura nacional, mas oferecem sérios riscos ao privilegiar uma visão unidirecional de problemas multifatoriais relacionados a questões agrícolas, agrárias, econômicas, sociais, culturais, éticas e ambientais.

As críticas a esse modelo hegemônico de matriz tecnológica direcionam-se justamente ao predomínio de saberes concentrados em enfoques eminentemente produtivistas. Tal aspecto dificulta tratar dessa complexidade de fatores que afetam o desenvolvimento rural, em busca de alternativas apropriadas a contextos específicos. Esses fatores representam impeditivos ao olhar interdisciplinar, que permita considerar o amplo rol de temáticas inter-relacionadas, para promover o desenvolvimento local. Diante dessas orientações preponderantes na adoção de tecnologias no meio rural, os focos de interesse - com grande frequência - apresentam-se de forma descolada das questões centrais da realidade vivida no meio rural, especialmente no que se refere à Agricultura Familiar no Brasil. É essencialmente que esse segmento de extrema importância social e na produção de alimentos básicos da dieta

alimentar da população brasileira, venham a ser melhor reconhecidos em seus saberes tradicionais, participando da elaboração e implementação de políticas públicas que lhes afetam.

Dessa maneira, a deficiência de iniciativas que promovam efetivamente o intercâmbio entre conhecimentos acadêmicos e de saberes populares, constitui um fator crítico na construção de planos adequados ao desenvolvimento rural. Esse fato que resulta na manutenção de patamares socioeconômicos muito aquém dos desejados, em relação especialmente à Agricultura Familiar. Mais ainda, não raras vezes, é atribuído a esse "público destinatário", a responsabilidade pelo insucesso das intervenções nessas comunidades. Assim, esse "público" passa a ser reconhecido como "resistente às mudanças", atribuindo aos seus próprios integrantes, os motivos pela persistência de seus problemas, responsáveis pelos seus infortúnios e pela frustração quanto aos resultados esperados pelas instituições proponentes.

### **Fatores históricos e a emergência do enfoque participativo no meio rural**

O enfoque participativo como elemento promotor do desenvolvimento rural emerge a partir da crítica ao modelo difusionista dos pacotes tecnológicos ("de cima para baixo"), adotado intensamente no processo de modernização conservadora da agricultura, iniciado a partir de meados do século XX. Com o final da Segunda Guerra Mundial, numa nova fase do capitalismo, os países "desenvolvidos" adotam estratégias de ampliação do mercado consumidor dos produtos gerados nos parques industriais de suas matrizes.

Especialmente em relação ao setor agrícola, foram estabelecidas políticas indutoras da adoção de tecnologias geradas nesses países, com o propósito de ampliar o mercado consumidor de tecnologias intensamente demandadoras de insumos "modernos", geradas nesses países centrais: máquinas e implementos agrícolas; sementes melhoradas; adubos e agrotóxicos. Nos países "em desenvolvimento", as instituições de pesquisa agropecuária, de ensino em Ciências Agrárias e de extensão rural, com o respaldo de agências internacionais

de cooperação, alinham-se numa frente de atuação pró-modernização conservadora da agricultura. O termo "conservadora" é assim descrito pelo fato desse modelo de modernização alterar profundamente as bases tecnológicas da agricultura (destacadamente de exportação), sem modificar – por exemplo – as estruturas que mantêm os quadros sofríveis do acesso à terra, a conhecimentos e a recursos financeiros, sem oferecer as condições necessárias à Agricultura Familiar. Tais medidas resultam em expressiva elevação da produtividade agrícola, ainda que às custas de severos impactos socioambientais, dentre os quais têm destaque a concentração de renda e de terras; o êxodo rural; as intoxicações por agrotóxicos e a degradação dos recursos naturais. Tem ainda como uma de suas marcas características, a carência da participação de setores majoritários das comunidades rurais nas tomadas de decisão quanto às tecnologias preconizadas.

Diante das consequências do modelo de geração e adoção de tecnologias agropecuárias, formuladas "de cima para baixo", organizações representativas dos setores mais atingidos – especialmente a Agricultura Familiar - por esse padrão excludente de crescimento agrícola, buscam alternativas que garantam maior autonomia dessas comunidades rurais situadas nos países "em desenvolvimento". Nessa perspectiva propõe-se uma nova concepção de construção de saberes e de formulação de respostas às questões cruciais vividas pelas populações mais excluídas no campo. O que implica em novas formas de tomadas de decisão quanto às finalidades e aos meios de se fazer pesquisa e intervenção. De maneira que os/as agricultores/as se coloquem como protagonistas do processo, buscando (junto com outros parceiros) respostas que atendam aos seus próprios interesses, destacando os saberes autóctones, sem deixar de considerar a relevância da contribuição dos conhecimentos e os processos de sistematização originados das ciências modernas.

### **Enfoque participativo e o desenvolvimento rural**

No enfoque participativo a geração, a aplicação e a avaliação de conhecimentos associados a processos de desenvolvimento rural implicam necessariamente - desde o início das ações - que todos/as os/as interlocutores/as procurem

conjuntamente responder às questões fundamentais: por que, para quem, com quem e como realizaremos ou estamos realizando os nossos trabalhos nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, para promover o desenvolvimento rural? Ou seja, agricultores/as, pesquisadores/as, extensionistas rurais, além de outros profissionais vinculados a processos de desenvolvimento rural, buscam conjuntamente o entendimento das questões a serem estudadas, as formas mais adequadas de aplicabilidade desses conhecimentos e de avaliação dos seus resultados. Tendo como requisito fundamental uma ação que priorize a compreensão dos problemas centrais e (em consequência) das alternativas locais, que resulte na participação em todas as etapas de pesquisa e intervenção, contando sempre com representantes da própria comunidade rural.

### **Pesquisa participante e pesquisa-ação: ausência de unanimidade conceitual**

Importante destacar as vertentes que expressam identidades ou diferenciações entre os termos “pesquisa participante” e “pesquisa-ação”. Essas perspectivas metodológicas balizam ações em pesquisa, ensino e extensão, no enfoque de processos participativos. Para alguns/as autores/as, as duas denominações apresentam-se como sinônimos. Outros/as entendem existir diversos níveis de compreensão, do que reconhecemos como processo participativo. Num desses entendimentos, da pesquisa-ação, a atenção estaria voltada essencialmente ao envolvimento do público na fase de implantação das atividades (KAMP & SCHUTHOF, 1991). Ou seja, haveria sim uma preocupação com a intervenção, a aplicabilidade das informações geradas, ainda que sem uma participação efetiva da comunidade nas etapas anteriores e posteriores à intervenção. A partir dessa vertente de interpretação, acredita-se que “toda pesquisa participante é uma pesquisa-ação, porém nem toda pesquisa-ação é uma pesquisa participante”.

A ausência de unanimidade quanto a essas expressões também é confirmada por THIOLLENT (2008, pp 9-10), para quem “a pesquisa-ação, além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional,

técnico ou outro, que nem sempre se encontra na pesquisa participante". Acima de tudo, enfatiza que pouca importância deve ser atribuída aos "rótulos" quanto às denominações da metodologia, pois ambas (pesquisa participativa e pesquisa-ação) representam a busca de alternativas avançadas em relação aos padrões de pesquisa e intervenção convencionais.

## **O processo participativo e o desenvolvimento rural referenciado na Agroecologia**

O referencial teórico da Agroecologia destaca o saber popular como elemento fundamental da construção e socialização do conhecimento. Integrado ao saber científico, permite avanços expressivos na compreensão da realidade e na formulação de alternativas adequadas aos contextos locais. Nessa perspectiva, as duas fontes de conhecimentos e a relação positiva entre ambas (EMBRAPA, 2006) são consideradas de grande importância na elaboração e implementação de planos de desenvolvimento rural. Dentre as estratégias metodológicas de geração e disseminação de conhecimentos em Agroecologia, a pesquisa de base participativa ganha destaque por reconhecer os próprios agricultores como os que melhor podem identificar as suas demandas. Fato esse que naturalmente os habilita a contribuir na definição da pauta de ações no campo, sendo pesquisadores, docentes e extensionistas, parceiros fundamentais nessa ação integrada.

### **Premissas das abordagens metodológicas com enfoque participativo**

Destacamos nessa seção uma síntese dos referenciais apresentados por dois expoentes dos estudos em metodologias participativas aplicadas ao desenvolvimento rural: Orlando Fals Borda e Michel Thiollent. Ambos trazem contribuições sistematizadas, de extrema importância como referenciais às ações de agentes de desenvolvimento rural. Iniciamos com os princípios metodológicos apresentados por BORDA (1988), que assim destaca questões essenciais para quem se propõe a contribuir em processos participativos.

#### **1 - Autenticidade e compromisso**

Seria um equívoco “intelectuais” (tais como os/as profissionais do ensino, pesquisa e extensão rural) negarem as suas próprias matrizes de referências disciplinares, procurando simplesmente “disfarçar-se de camponeses”, em busca da integração junto a essas populações. Há sempre um espaço importante reservado a esses profissionais, para demonstrar honestamente o seu compromisso com as causas populares e ao mesmo tempo contribuir com o seu conhecimento disciplinar. De maneira a reconhecer a necessidade de construir uma visão sistêmica do contexto local, interdisciplinar, de forma articulada com os saberes populares.

## 2 - Antidogmatismo

A aplicação de ideias preestabelecidas mostram-se contraproducentes tanto à metodologia científica quanto aos avanços das causas populares. De acordo com o autor, esse tipo de crítica é aplicável tanto ao colonialismo intelectual de direita quanto ao de esquerda. Defende que possa prevalecer, dentro de um campo de diferentes identidades, a possibilidade da autonomia dos olhares frente ao contexto que se apresenta, sem deixar de haver um diálogo produtivo e a busca pelas convergências de propósitos.

## 3 - Restituição Sistêmica

O conhecimento camponês deve ser restituído sistemática e organizadamente, de maneira a possibilitar a discussão crítica e o enriquecimento desses saberes.

## 4 - Retorno (“feedback”) aos/às intelectuais orgânicos

O conceito de “intelectuais orgânicos” refere-se à ação engajada desses/as profissionais comprometidos com as causas populares. Ao mesmo tempo que contribuem no processo de restituição sistêmica dos saberes das comunidades rurais, também permite elevar o nível de discussão científica quanto ao que se faz no campo, formando uma visão integrada do contexto rural.

## 5 - Ritmo e equilíbrio de ação-reflexão

Esse processo contempla uma sincronia contínua de reflexão e ação no trabalho de campo, representando um ato de permanente equilíbrio intelectual, sempre em contato com as bases sociais.

#### 6 - Ciência modesta e técnicas dialogais

Pressupõe a modéstia no manuseio do aparelho científico e nas concepções técnicas, como premissas para realizar as tarefas necessárias no nível atual de desenvolvimento das comunidades rurais. Nessa concepção, "intelectuais orgânicos" necessitam romper com a assimetria das relações sociais geralmente impostas entre o entrevistador e o entrevistado, além de incorporar pessoas das bases sociais como indivíduos ativos e pensantes nos esforços de construção do conhecimento.

De modo coerente com os aspectos mencionados por BORDA (1988), THIOLENT (2008) propõe uma sequência de quesitos na perspectiva metodológica participativa. Ressalta a importância da flexibilidade na adoção desses procedimentos, que não necessariamente ocorrem nessa mesma ordem de itens.

#### 1 – A fase exploratória

Consiste em descobrir o campo conhecimento, os interessados e suas expectativas, estabelecendo um primeiro levantamento (ou "diagnóstico") da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações.

#### 2 – O tema da pesquisa

O tema é a designação do problema prático e da área de conhecimento a serem abordados.

#### 3 – A colocação dos problemas

Na fase inicial de uma pesquisa, junto com a definição dos temas e objetivos, é necessário dar atenção à colocação dos principais problemas, a partir dos quais a investigação será desencadeada.

#### 4 – O lugar da teoria

De modo geral, podemos considerar que a proposta a ser elaborada de modo participativo, precisa ser articulada dentro de uma problemática com um quadro de referência teórica adaptado a diferentes setores: educação, organização, tecnologia, comunicação, dentre outros. O papel da teoria consiste em gerar ideias, hipóteses ou diretrizes, para orientar o levantamento de informações e as interpretações.

#### 5 – Hipóteses

No contexto proposto por THIOLENT (2008), a formulação da hipótese não é realizada necessariamente de forma causal, entre os elementos ou variáveis consideradas. Não se trata de querer mostrar que X determina Y. Para fins descritivos, a hipótese qualitativa é utilizada para organizar a pesquisa em torno de possíveis conexões ou implicações não-casuais, mas suficientemente precisas para se estabelecer que X tem algo a ver com Y na situação considerada.

#### 6 – Seminário

A partir do momento em que “intelectuais orgânicos” e interessados nessa construção do conhecimento estão de acordo sobre os objetivos e os problemas a serem examinados, começa a constituição dos grupos que irão conduzir a investigação e o conjunto do processo. A técnica principal, ao redor da qual as outras se relacionam, é a do “seminário”, que reúne membros da equipe de “intelectuais orgânicos” e membros significativos dos grupos implicados no problema sob observação, para examinar, discutir e tomar decisões quanto ao processo de investigação.

#### 7 – Campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa

A delimitação do campo de observação, no qual se aplica o tema de pesquisa, é objeto de discussão entre os interessados e “intelectuais orgânicos”. Quando o tamanho do campo delimitado é muito grande (tal como os membros das comunidades de camponeses, espalhados em extensas regiões), coloca-se a questão da amostragem e da representatividade. De acordo com a concepção da sondagem, a pesquisa é efetuada dentro de um pequeno número de unidades (pessoas ou outras) que é estatisticamente representativa do conjunto da população.

## 8 – Coleta de dados

A coleta de dados é efetuada sob controle do seminário central. As principais técnicas utilizadas são a entrevista coletiva nos locais de moradia ou de trabalho e a entrevista individual aplicada de modo aprofundado.

## 9 – Aprendizagem

As diversas categorias de "intelectuais orgânicos" e participantes aprendem alguma coisa ao investigar e discutir possíveis ações cujos resultados oferecem novos ensinamentos. A aprendizagem dos participantes é facilitada pelas contribuições de "intelectuais orgânicos" e, eventualmente, pela colaboração temporária de especialistas em assunto técnico que tenha sido considerado útil ao grupo. Em alguns casos, a aprendizagem é sistematicamente organizada por meio de seminários ou de grupos de estudos complementares e também pela divulgação de material didático.

## 10 – Saber formal/saber informal

Num primeiro momento os participantes são levados a descrever a situação ou o problema que estão focalizando, com aspectos de conhecimento (busca de explicações) e de ação (busca de soluções). A descrição resulta numa lista de temas que são ponderados em função da relevância que lhes é atribuída pelos participantes. Por sua vez, os especialistas estabelecem a sua própria temática relativa ao mesmo problema ou assunto, com indicação de sua ponderação. Em seguida, as duas temáticas são comparadas, procurando-se mostrar as zonas de compatibilidade e de incompatibilidade, tanto ao nível da listagem como no da ponderação/ordem de prioridade.

## 11 – Plano de ação

A abordagem participativa deve se concretizar em alguma forma de ação planejada, objeto de análise, deliberação e avaliação. A elaboração do plano de ação consiste em definir com precisão: a) Quem são os atores ou unidades de intervenção?; b) Como se relacionam os atores e as instituições: convergências, atritos, conflito aberto?; c) Quem toma as decisões?; d) Quais são os objetivos (ou metas) tangíveis da ação e os critérios de sua avaliação?; e) Como dar continuidade à ação, apesar das dificuldades?; f) Como assegurar a participação

da população e incorporar as suas sugestões?; g) Como controlar o conjunto do processo e avaliar os resultados?

## 12 – Divulgação externa

Além do retorno da informação aos grupos implicados, também é possível, mediante acordo prévio dos participantes, divulgar a informação externamente em diversos setores interessados. Para satisfazer as exigências de divulgação nos meios populares, o treinamento de "intelectuais orgânicos" inclui técnicas de apresentação de resultados, técnicas de comunicação via canais formais e informais, técnicas de organização de debates públicos e suportes audiovisuais.

### **Necessidade de ampliar o intercâmbio de experiências em metodologias participativas aplicadas ao desenvolvimento rural**

O presente trabalho representa uma pequena contribuição reflexiva, quanto ao conhecimentos em metodologias participativas aplicadas ao desenvolvimento rural. Apenas para exemplificar a diversidade de abordagens decorrentes dessa matriz metodológica, que não foram aqui tratadas, são mencionadas algumas estratégias citadas por KAMP & SCHUTHOF (1991): modelo agricultor para agricultor, agricultores experimentadores, grupo de pesquisa e apoio para a autopromoção camponesa, grupos de agricultores para geração de tecnologias, o agricultor em primeiro lugar, aprimoramento agrícola centrado nas pessoas e participação inovadora na elaboração de programas.

Ainda assim, tem-se a expectativa de que os referenciais apresentados possam contribuir nas reflexões quanto às fundamentações, princípios e procedimentos básicos relacionados às metodologias participativas com enfoque no meio rural. De modo que a leitura permita motivar iniciativas de aprofundamento de estudos teórico-metodológicos e à ampliação do intercâmbio de experiências nessa temática fundamental ao desenvolvimento rural, que contemple as reais necessidades e anseios do campesinato brasileiro.